



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

Aos sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte dois, nesta vila do Crato, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária e pública da Câmara Municipal, com transmissão online, em direto, via Facebook, sob a presidência do seu excelentíssimo Vereador, **Pedro Miguel Belo Coelho**, na qualidade de Presidente em Exercício, em substituição legal do Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, por se encontrar ausente por motivo de férias, **encontrando-se presentes os senhores Vereadores, José Correia da Luz, Marco Fernando Duque de Mendonça, e Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato Raposo.**

Pelas quinze horas e três minutos o senhor Presidente deu início à reunião.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Registou-se a presença de público, mas não houve pedidos de intervenção.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

No período de antes da ordem do dia fica em ata:

1- Presente o Diário da Tesouraria respeitante ao dia 31 de agosto de 2022, que apresenta os seguintes saldos:

- Operações Orçamentais: **465 191,57 €**

- Operações Não Orçamentais: **279.954,17 €**

2 - Presente a Relação de Ajustes Diretos respeitante ao período compreendido entre 17 e 31 agosto de 2022, no montante de 194.685,18 €.

3 - Presente a Relação do Diário da Despesa respeitante ao período compreendido entre 17 e 30 agosto de 2022, no montante de 928.160,33€.

O senhor **Vereador Marco Mendonça** cumprimentou todos os presentes, assim como os que assistiam em casa, estendendo ainda o seu cumprimento ao senhor Presidente da Câmara que se encontrava de férias.



O senhor **Vereador Marco Mendonça** questionou o senhor Presidente em Exercício, sobre os valores de receita e de despesa, respeitantes ao Festival do Crato. Questionou também sobre quem tinha tabelado os preços das bebidas e comidas, praticados no Festival do Crato. Recordou que na última reunião tiveram conhecimento da existência de quatro lugares que não foram vendidos em hasta pública. Disse pretender saber se os mesmos tinham sido adquiridos à posteriori e qual o valor arrecadado.-----

O senhor **Presidente em Exercício** informou que relativamente ao relatório da despesa e da receita do Festival do Crato, já tinha sido dado a indicação aos serviços da Câmara Municipal, para que com a maior celeridade possível, o mesmo fosse executado. Sublinhou que possivelmente na próxima reunião de Câmara, o relatório estaria concluído. Sobre os preços praticados durante o Festival do Crato, informou que os mesmos eram da única responsabilidade dos comerciantes e acrescentou que a Câmara Municipal não tinha um papel interventivo sobre esta matéria.-----

Sobre os lugares que não tinham sido ocupados, informou que apenas um veio a ser concessionado. Completou as suas declarações frisando que trariam à Câmara, com a maior celeridade possível, tal como tinha acontecido em 2018 e 2019, o relatório completo, quer do Festival do Crato, quer da 36.ª Feira de Artesanato e Gastronomia do Crato.-----

O senhor **Vereador José Correia da Luz** dirigiu um cumprimento a todos os que os viam e ouviam, quer ali, quer em casa, ou em qualquer outro lugar onde se encontrassem. Sobre a receita e despesa do Festival do Crato/ 36ª Feira de Artesanato e Gastronomia do Crato, ao contrário do que o senhor Presidente em Exercício, Pedro Coelho, tinha citado, já existiam números e já tinham os números da receita. Esclareceu que não podiam ir fazer nem cobrar receita neste momento e que a receita virtual já a conheciam.-----

Afirmou que se o senhor Presidente em Exercício não a dizia, era porque não queria, talvez por o Chefe não se encontrar presente, ou por não ter a chave da segurança para a poder transmitir. Alertou que do ponto de vista político esta atitude podia ser contraproducente, mas recordou terem a maioria graças à muleta que a Vereadora Florinda resolveu ser para os mesmos. Transmitiu que aquilo que podiam saber oficiosamente era que a receita das bilheteiras, iria cobrir



eventualmente, 25% da despesa do Festival. Sublinhou o valor 25%, esclarecendo que por cada quatro unidades de despesa, apenas tinham cobrado uma. Aclarou que isto não podia deixar de ser um flop, mas afirmou que estariam presentes para o conferir, apesar de saber que as contas iriam ser marteladas. -----

O senhor **Vereador José Correia da Luz** mostrou a sua disponibilidade para tentar desmaterializar esse trabalho de truques em que se tornaram hábeis. Completou que do ponto de vista de quem assistiu, viram as diferenças. Apresentou que enquanto os festivais pelo país fora estavam a rebentar pelas costuras, o Festival do Crato, tirando um dia ou dois em que a casa esteve meia, nos outros talvez com um terço da lotação, deixando assim perceber-se a dimensão da afluência. Concluiu que as pessoas já não vinham ao Festival. -----

Explicou que o Festival do Crato tinha um modelo, como se fosse uma equipa de futebol a jogar no mesmo modelo tático, mas recordou que os jogadores já não eram os mesmos e que por esse motivo o modelo tático já não tinha a mesma fluência. Aclarou que falava desta linguagem futebolística porque era uma coisa que o Pedro Coelho, hoje Presidente da Câmara em Exercício, bem dominava e por isso, lamentava que essa marca que o Festival do Crato era e que levou décadas a constituir, estivesse agora a ser atirada pela sargeta, literalmente pela sargeta. Apontou que pela sargeta, literalmente, estava também a ser atirada a saúde, a qualidade da saúde, a assistência na saúde do Concelho do Crato. -----

Recordou ter deixado ali o alerta, ter deixado ali o seu grito a tempo, mas a verdade era que o senhor Presidente da Câmara tinha mais o que fazer, como experimentar automóveis novos todos os dias, para depois não ter nenhum, ou eventualmente, até não os saber conduzir. Acrescentou que por todos estes motivos o senhor Presidente da Câmara não tinha tempo para pressionar no domínio da saúde, quem nos podia dar os médicos. Sublinhou que estes médicos eram os que faziam as consultas médicas, que controlavam a tensão arterial, que viam e reviam a medicação que dosearam aos seus pacientes e destacou que este exercício só o médico podia fazer. -----

Expôs que quando este trabalho não era feito, aumentava o campo para aparecerem os AVC's, para aparecerem os enfartes e para aparecer aquela mortalidade excessiva que o Concelho Crato, já alguma vez tivesse tido. Afirmou que tudo se resumia fundamentalmente à falta de trabalho, à falta de qualidade técnica de quem estava a presidir à Câmara. Relativamente aos truques, transmitiu terem assistido a um, de outra natureza e de outra grandeza, à



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

sensivelmente dois ou três dias atrás. Mencionou que o senhor Presidente tinha batido em retirada da responsabilidade da gestão das águas. -----

O senhor **Vereador José Correia da Luz** lembrou que depois de ele próprio ter dito que a constituição da empresa AAA, não era mais senão uma forma de o Presidente da Câmara fugir às suas responsabilidades, eis que há duas semanas, toda a gente a dar-se conta dos aumentos entre 50 e 100% a mais, na conta da água que lhes tinha sido dirigida. Afiançou que isto estava previsto, que estava anunciado, que estava sabido e por isso ao senhor Presidente da Câmara apenas interessava a sua pegada pessoal. Garantiu que ao senhor Presidente da Câmara não interessava mais o Concelho do Crato, se por acaso alguma vez lhe tinha interessado. -----

O senhor **Vereador José Correia da Luz** terminou as suas declarações, deixando estes três pontos para que lá em casa, caso assim o entendessem, pudessem dar a devida importância aos mesmos. Afirmou nunca ter abandonado, nem abandonaria, enquanto que para tal tivesse forças, os Municípios do Concelho do Crato. -----

A senhora **Vereadora Florinda Raposo** cumprimentou todos aqueles a quem não tinha tido a oportunidade de o fazer. Disse pretender fazer apenas três referências e começou pelo Festival do Crato. Explicou que quando faziam a análise de um evento tinham de ponderar vários fatores, sendo uns mais objetivos e outros mais subjetivos. Completou que teriam oportunidade de averiguar as percentagens de défice, no que dizia respeito às despesas e às receitas do próprio Festival. -----

Destacou que para além dos fatores económicos que eram muito objetivos e que podiam tirar as próprias conclusões sobre o que tinha sido gasto e o que tinha sido ganho, havia também os fatores sociais e culturais, com uma componente mais subjetiva e que não podiam quantificar na totalidade. Transmitiu ser um sentimento comum, a forma como todas as pessoas sentiam e esperavam o Festival, para poderem reencontrar familiares e amigos de modo a partilharem as suas experiências. -----

Afirmou que a esse nível era inquestionável que o Festival tinha de se manter e que as conclusões económicas seriam tiradas à posteriori. Recordou terem sido criadas novas acessibilidades, o que era um fator positivo, permitindo uma maior permanência a pessoas com determinadas limitações. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

Reforçou o reconhecimento pelo trabalho dos funcionários do Município que estando disponíveis para trabalhar intensamente, trabalharam um número de horas muito superior ao estipulado, ficando assim privados de usufruírem do próprio evento. -----

Sobre a questão das águas, disse ser do conhecimento geral qual era a posição da CDU sobre este assunto. Lembrou de ter apresentado a mesma opinião que tinha sido patenteada no passado sobre os constrangimentos da Empresa Intermunicipal, mencionando também a sua declaração de voto apresentada no passo dia 14 de fevereiro, sobre este mesmo assunto. -----

A senhora **Vereadora Florinda Raposo** recordou também que a própria Empresa Intermunicipal reconheceu alguns constrangimentos nos procedimentos que tinha de efetuar, relativamente a algumas carências técnicas e humanas, fazendo com que a atividade da mesma fosse adiada. Declarou que neste momento era claro e evidente que para ela não era surpresa o resultado do que estava a acontecer, sublinhando que o aumento da fatura da água era fruto de não ter existido nos últimos anos, uma atualização desta matéria. -----

Afirmou estar contra a transferência de competências da gestão de um bem essencial, como era a água, por uma Empresa Intermunicipal. Garantiu que apesar disso e a partir do momento que a Empresa foi constituída como tal, tinham de trabalhar em colaboração, no sentido de melhorar e esclarecer os consumidores que apresentavam inúmeras dúvidas. -----

Expressou que esta aceitação da gestão da água pública por uma Empresa Intermunicipal, foi feita com um intuito específico. Explicou que os Municípios muitas vezes não tinham recursos para melhorar as redes de águas residuais em baixa e ao aceitarem esta resolução, podiam candidatar-se aos fundos estruturais. Frisou a existência de Câmaras que não aceitaram fazer parte desta Empresa Intermunicipal, porque observaram a realidade e concluíram que os fundos estruturais disponíveis para esta matéria, a nível nacional, não chegavam para resolver todos os problemas existentes no nosso território. -----

Garantiu ser por estes motivos que a posição da CDU era contra estas matérias. Expôs vir a apresentar uma posição de abstenção no que dizia respeito às matérias decorrentes desta gestão das águas, exatamente por não concordarem, nem acreditarem nas mesmas. -----

Apresentou existir uma certa contradição que achava necessária explicar. Afiançou que a CDU não era contra a descentralização de competências quer na área da



educação quer na área do social, mas sim contra a compensação financeira que essas competências nos obrigavam a fazer. Exemplificou com o facto de ainda na semana anterior, terem disponibilizado para a Escola um programa informático, para que a mesma pudesse funcionar melhor em termos de organização da sua gestão, apesar de não ser competência da Câmara. -----

Concluiu que a discordância manifestada pela CDU tinha a ver com o facto de a carga económica suportada pela autarquia ser sempre muito elevada, mas acreditavam que junto da população resolviam os problemas. Ainda sobre esta matéria, orgulhava-se de dizer que o Município do Crato teve o bom senso de criar um ponto de comunicação com a população, o que não acontecia em muitos outros Municípios. -----

A senhora **Vereadora Florinda Raposo** aclarou que relativamente a essa matéria devia existir um esclarecimento mais aprofundado para as pessoas compreenderem o que estava a acontecer. Confirmou o facto de existir um aumento na fatura da água, coisa que foi anunciada já há muito tempo. Alertou que os cidadãos deviam tentar perceber a questão, através da informação que tinham o dever moral e ético de lhes facultar, de modo a haver um maior entendimento. -----

Terminou as suas declarações sobre este tema, afirmando que a informação que recebiam em casa sobre “a água de mais qualidade e mais eficiente” não era verdadeira. Esclareceu que ser eficiente significava não cometer erros para atingir um determinado objetivo e garantiu que alguns erros vinham a ser cometidos. Repetiu ser por todos estes motivos que tinham a posição conhecida por todos, contra esta gestão da água pública que era um bem essencial para todos. Relativamente ao início do ano letivo que se aproximava, disse estar satisfeita com os indicadores muito objetivos que tinham a ver com o aumento do número de alunos inscritos no Agrupamento de na Escolas do Crato. -----

Informou que este número passou de 230 para 255 alunos e esclareceu que isto podia ser um fator positivo, caso fosse analisado no bom sentido. Mencionou ser real a existência de uma tendência das pessoas virem morar para este Município. Realçou a informação que já tinha transmitido na última Reunião de Câmara, de que a componente de apoio à família dirigida ao primeiro ciclo seria assegurada. Completou as suas declarações explicando que os alunos tanto no período letivo como no período não letivo, teriam a possibilidade de estar na Escola, caso os



encarregados de educação assim o entendessem e caso sentissem essa necessidade.-----

O senhor **Vereador Marco Mendonça** esclareceu que as questões por ele colocadas relativamente à receita e à despesa do Festival, nada tinham a ver com aquilo que o evento representava para cada um deles. Afirmou ser essencial, ser uma marca, ser uma mais valia, estando apenas em causa, o que era o investimento da Câmara e o retorno do mesmo para os Municípios do nosso Concelho. Aclarou que tendo em conta aquilo que observavam e as mensagens que lhes chegavam porque falavam com as pessoas, não deviam tapar o sol com a peneira, nem deviam esconder o que quer que fosse. -----

Disse terem de reter e de pensar em melhorar o que não tinha corrido bem, porque no seu entender, avaliando o que foi o Festival do Crato, algo não tinha corrido bem. -----

O senhor **Vereador Marco Mendonça** deu nota de ter existido menos público, tanto no Festival como na Feira de Artesanato e também no Parque de Campismo. Expressou não ser um dos maiores apologistas do Parque de Campismo, nem nunca o ter sido e esse sentimento era conhecido por todos os que privavam com a sua pessoa. Sublinhou que apesar disso, mas existindo a opção do campismo, estava disponível para ajudar no que fosse necessário, transmitindo não ser este o tipo de público que gostava de ver no Crato, porque o seu ideal de festa era a antiga Feira de Artesanato e Gastronomia. -----

Afirmou que havendo Festival, esta edição não foi a melhor, aproximando-se muito das piores edições que já tinham existido. Sobre a Feira de Artesanato questionou se a Vereadora tinha noção do que já tinha sido este evento do Concelho do Crato. Questionou se tinha a noção da capacidade, da grandeza e do que sentiam os artesãos quando vinham à Feira do Crato. Frisou não saber se designar aquele cantinho destinado ao artesanato e aos artesãos, como Feira de Artesanato, seria correto. -----

O senhor **Vereador Marco Mendonça** destacou a necessidade de se parar, pensar, arregaçar as mangas e trabalhar. Apresentou a sua disponibilidade para caso fosse necessário ajudar no que fosse preciso, porque todos tinham o mesmo objetivo. Completou afirmando que esse objetivo era terem o melhor Festival do Norte Alentejano, assim como a melhor Feira de Artesanato do Norte Alentejano. Chamou a atenção para a questão dos artistas e deu nota que alguns nomes do cartaz do Festival do Crato, atuaram em localidades próximas da nossa, onde as



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária



entradas eram gratuitas. Completou existirem situações que podiam e deviam ser melhoradas porque todo o Norte Alentejano tinha um foco no Festival do Crato e sabia reconhecer a importância deste evento. -----

Expôs terem surgido algumas questões desde a última Reunião de Câmara, relativamente à Empresa das AAA. Explanou que algumas dessas questões tinham a ver com o objetivo da própria Empresa e transmitiu que esse objetivo foi o de criar a capacidade para intervir e melhorar as condições de abastecimento e de saneamento às populações. Depois foi juntar o maior número possível de Municípios, de modo a ganharem escala para poderem candidatar-se e trazer os fundos comunitários. -----

Afirmou que até este ponto todos estavam de acordo, mas existiam questões que não se deviam ter colocado. Assegurou ter-se avançado depressa demais com os aumentos sem terem respondido primeiro às pessoas com a garantia da existência da melhoria. Completou que caso tivesse vindo primeiro a melhoria e depois o aumento, as pessoas não estariam contra o facto de terem melhor serviço de abastecimento e melhor qualidade de água. Garantiu que neste momento a qualidade da água era péssima e que nem merecia falar da qualidade do saneamento, pois em pleno século XXI ainda tinham saneamentos a correr para dentro das ribeiras. -----

O senhor **Vereador Marco Mendonça** esclareceu que a situação não piorou, mas manteve-se, não havendo melhorias, nem investimentos. Disse já ter conhecimento da existência de obras da Empresa a decorrer, em certos Municípios. Questionou qual tinha sido a prioridade e qual o motivo para não haver obra a decorrer no nosso Município. Afirmou ter de defender o seu Município e que a Câmara tinha também esta obrigação, pois tinha voz ativa e voto nesta Empresa. Recordou que através do nosso Presidente, eleito pelos Munícipes do Concelho do Crato, estávamos representados na Empresa AAA, havendo um voto do Crato na mesma. -----

Sobre o ponto de comunicação criado pelo Município e destacado pela senhora Vereadora Florinda Raposo, disse não ter conhecimento do mesmo e solicitava que o elucidassem. Levantou a questão da cedência de dados pessoais dos Munícipes à Empresa e questionou com que autorização isto tinha sido feito. Disse ter conhecimento de este trabalho ter sido feito em outros Municípios, onde as pessoas foram chamadas a assinar a documentação para ceder os dados à Empresa. Questionou porque motivo não fez o nosso Município o trabalho prévio



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária



de contabilizarem todos os contadores de modo a que os mesmos partissem do zero para a nova Empresa, tal como sabia ter acontecido em outros Municípios. Questionou também qual tinha sido a razão de no nosso Município não ter sido acautelada a questão de os Municípes poderem aceder ao tarifário social, porque esse era um direito que as pessoas tinham e ao qual podiam recorrer. -----

O senhor **Vereador Marco Mendonça** propôs a existência de uma sessão de esclarecimento em cada freguesia e em cada lugar deste Município. Sugeriu que essas sessões de esclarecimento fossem acompanhadas pelos serviços do Município e que estes se disponibilizassem para recolher os dados necessários para as pessoas com direito ao tarifário social poderem aceder ao mesmo junto da Empresa AAA. -----

Deu nota de ter ligado para o número das informações da Empresa e do outro lado não lhe terem sabido responder às questões por ele colocadas. Informou terem-lhe sugerido o envio de um email com as questões por ele apresentadas. Recordou que mais de 60% da população do Concelho do Crato era idosa e não tinha acesso a estas tecnologias. Completou as suas declarações afirmando que os políticos decidiram com todo a certeza para o bem comum porque o objetivo era melhorar as condições do abastecimento de água à população, mas deviam acompanhar a nova situação para as que as pessoas não fossem prejudicadas. -----

O senhor **Vereador Marco Mendonça** concluiu existirem vários fatores que tinham de ser vistos e que havia capacidade para o fazer. Propôs ir-se para o terreno, informar-se a população dos tarifários existentes, porque estavam muitas pessoas a ser prejudicadas e isso não podia acontecer. -----

O senhor **Vereador José Correia da Luz** questionou se o senhor Presidente em Exercício não tinha nada a dizer sobre as matérias ali levantadas. -----

O senhor **Presidente em Exercício** afirmou responder no fim e transmitiu que o senhor Vereador José Correia da Luz podia confiar na sua palavra, de que assim seria. -----

O senhor **Vereador José Correia da Luz** informou que faria a sua intervenção depois do senhor Presidente em Exercício. -----

O senhor **Presidente em Exercício** respondeu compreender a estratégia política do senhor Vereador José Correia da Luz, mas não tinha nenhum receio da mesma.



[Handwritten signatures and initials]

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

Começou por responder às questões da saúde e apesar do comentário do referido Vereador, informou que no presente dia tinha entrado ao ativo mais uma médica no Concelho do Crato. Explicou que a mesma iria assegurar dois períodos, durante a semana e especialmente durante a manhã, mas não no regime completo. -----

Elucidou outra alteração existente, desde a última reunião e com a vinda da Dr.ª Carla Serralhete, apresentada em meados de agosto, grande parte dos utentes do Concelho do Crato que na Plataforma do SNS, não tinham médico atribuído, hoje já o tinham. Acrescentou que a vinda desta terceira médica vinha contemplar todos aqueles que ainda não tinham médico de família atribuído, destacando que esta questão obedecia a rácios. -----

Aproveitou para deixar uma palavra de agradecimento e reconhecimento ao Conselho de Administração da ULSNA pela celeridade e seriedade com que lidou com toda esta situação difícil. Sobre o Festival do Crato começou por agradecer a todos os funcionários do Município, pelo trabalho excecional, absolutamente fora de serie, que só quem era parte interventiva deste Festival podia avaliar. Lembrou que este era o nosso Festival, afirmando que assim continuaria a ser, pois era trabalhado por nós. Agradeceu e louvou os trabalhadores da Câmara Municipal do Crato que todos os anos tronavam este evento possível. -----

O senhor **Presidente em Exercício** disse que sobre o balanço do Festival do Crato não partilhava da visão cinzenta que ali tinha sido exposta sobre o mesmo. Sobre o Parque de Campismo disse terem decidido à anteriori, numa fase muito primária deste Festival, restringir para metade o acesso ao local em causa. Completou que por conta desta decisão era perfeitamente normal terem existido menos campistas, porque a própria lotação era um indicador desse facto. Relativamente ao recinto do Festival disse que todos puderam patentear que o local estava mais amplo e tinha maior capacidade. -----

Esclareceu que pelo próprio desenho e edificação da estrutura era fácil e visível confirmar essa realidade. Transmitiu concluir que os objetivos tinham sido cumpridos, havendo que melhorar e aperfeiçoar o que correu bem, havendo que emendar o que tinha corrido menos bem, mas ter registado com agrado a satisfação de quem nos tinha visitado. Deu nota da existência da critica construtiva e da critica apelativa da agenda política de A, B ou C. Afirmou congratular-se com a posição muito construtiva do Vereador Marco Mendonça e agradeceu-lhe a disponibilidade mostrada para participar na próxima organização do Festival. -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

O senhor **Presidente em Exercício** declarou não pactuar da linguagem do senhor Vereador José Correia da Luz e afiançou que as contas não iriam ser marteladas, garantindo que o relatório seria sério e responsável. Aclarou ser com muita tristeza que dizia que toda a discussão entre os dois teria de ser sempre balizada através do respeito, porque nunca desceria ao nível ali mostrado pelo senhor Vereador José Correia da Luz, nem usaria o mesmo tipo de linguagem. -----

Afiançou não lhe reconhecer autoridade moral ou ética para fazer qualquer juízo de valores sobre alguém e muito menos sobre o Presidente Joaquim Diogo ou sobre o Vice-Presidente Pedro Miguel Belo Coelho. Aclarou ser também possível constatar que toda a comunicação social local e regional tinha enaltecido o Festival do Crato. Comunicou que o evento era no momento uma referência e que assim o continuaria a ser. Expôs que o importante era fazerem não só o balanço/relatório das contas e a análise financeira, que seriam públicos e entregues a cada um dos Vereadores, como também fazer o balanço da organização, do que tinha corrido bem e menos bem. Completou que desse modo, com o trabalho de todos numa sinergia positiva, teriam um próximo Festival ainda melhor. Relativamente à questão das águas sublinhou ter visto muita coisa escrita e ter ouvido muitos comentários. Disse pretender fazer um enquadramento garantindo que o Presidente da Câmara não tinha fundado esta Empresa, tal como já tinha visto nas redes sociais. -----

O senhor **Presidente em Exercício** comunicou que esta Empresa das AAA, nasceu da solidariedade coletiva e da coesão territorial destes dez Municípios, que encontraram aqui a última oportunidade de ver, rever, desenhar e edificar uma estratégia que nos levasse para um caminho diferente em relação à água. A mensagem desta Empresa assentava muito no lema: "A água, um bem escasso fundamental para a nossa sobrevivência." Solicitou alguma moderação e ponderação, porque na transição para uma empresa desta dimensão não era desejável que pudessem ocorrer erros, mas era passível de os mesmos acontecerem. Indicou as questões ali levantadas pelo Vereador Marco Mendonça como sendo *ipsis verbis* as preocupações do executivo e garantindo já terem sido transmitidas a quem de pleno direito. -----

Afiançou que com toda a certeza na próxima Assembleia, no próximo Conselho de Administração das águas, as mesmas seriam novamente elencadas. Referiu que o importante era começar a olhar para o consumo da água e para o ciclo da mesma de uma forma absolutamente diferente. Deu nota da existência de estudos



indicadores por parte das entidades envolvidas nesta matéria mostrando sinais evidentes de que a estratégia definida e orientada durante os últimos anos, era de que o cenário era suscetível de mudar num futuro próximo. -----

Acrescentou que atualmente o regulador revelava que o preço da água em cerca de 80% dos Municípios em Portugal, não dava para cobrir os custos de abastecimento e de saneamento. Frisou que o preço da água era dispare entre concelhos, sendo entendimento da entidade reguladora que esse valor devia ser calculado da mesma forma e destacou que a referida entidade tinha validado a tarifa das AAA. -----

O senhor **Presidente em Exercício** notificou que quem analisasse a fatura ao pormenor, verificava que a tarifa do Município era mais penalizadora, sendo que a diferença substancial existente, tinha a ver com o valor do saneamento e com o do tratamento da água. Explicou que outro objetivo da Empresa que ali não tinha visto mencionado, tinha a ver com as perdas de água dos Municípios, sublinhando que infelizmente fazíamos parte de um lote de Municípios que tinham perdas reais de água, ou seja, água que não era faturada, na ordem dos 80%. Apontou que a única forma de obter um financiamento, a única forma de conseguirem aceder a dinheiro oriundo dos respetivos programas, era criar escala e criar consumidores. -----

Indicou ter sido esta vontade, ter sido esta união de esforços destes dez Municípios que criaram esta empresa, que não tinha raiz ideológica assente no Partido Socialista e que não tinha sido o Presidente da Câmara do Crato a fundar a mesma. Lembrou que a própria adesão da Câmara Municipal do Crato às AAA, foi levada a Reunião de Câmara para apreciação e votação, passando com os votos favoráveis do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. -----

O senhor **Presidente em Exercício** participou ser prematuro, participou que iriam esperar e afirmou que com toda a certeza existiram erros, destacando o facto de muitas leituras não terem sido feitas, de os cálculos terem sido realizados através de estimativa, de ter existido um desencontro entre a faturação do Município do Crato e o a faturação das AAA. Solicitou que se aguardasse com moderação, com alguma frieza, pois o objetivo e o denominador comum, não só do executivo, como de toda a vereação, era que as coisas corresse bem. -----

Garantiu que estariam presentes para reivindicar o que não estivesse bem e aquilo que pudesse ser melhorado. Informou o senhor Vereador Marco Mendonça que algumas das intervenções já efetuadas eram candidaturas ao POSEUR que já se



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária



encontravam a decorrer, ou seja, candidaturas que tinham transitado dos Municípios para a AAA. Sobre a proteção de dados comunicou que a mesma tinha sido salvaguardada e que esses dados dos Municípios estavam em posse da Câmara Municipal do Crato. Explicou que fazendo a Câmara Municipal do Crato parte dos corpos sociais da AAA, entenderam todos os Gabinetes Jurídicos, dos diversos Municípios, que não correriam qualquer risco de infringir a proteção de dados.-----

A senhora **Vereadora Florinda Raposo** corrigiu o termo “Norte Alentejano” que já tinha sido utilizado em relação às águas, mas que já assim não era utilizado. Dirigiu-se ao senhor Vereador Marco Mendonça para lhe apontar que intervinha sempre a olhar para a sua pessoa. Recordou não ser a Presidente da Câmara e que normalmente era a este que os Vereadores se dirigiam. Sublinhou parecer que o senhor Vereador Marco Mendonça a estava sempre a questionar e como sabiam ser sensível às questões colocadas, solicitava-lhe que se dirigisse ao senhor Presidente da Câmara e não aos Vereadores. -----

Expôs ser mais velha que o senhor Vereador do PSD e conhecer a Feira de Artesanato e Gastronomia, possivelmente desde a primeira edição. Afirmou que apesar de ser natural de um Concelho vizinho, sempre marcou presença no evento e tinha noção da grandeza do mesmo. Sobre a questão do campismo disse não compreender a posição do senhor Vereador Marco Mendonça sobre este tema. Comunicou que especialmente os jovens, gostavam de viver estes momentos, de uma forma mais livre, até selvagem, principalmente os que viviam nas grandes cidades. -----

A senhora **Vereadora Florinda Raposo** deu nota de já ter vivido em diversas partes do país, tanto no campo como na cidade e compreender o gosto dessas pessoas em virem para o campismo. Relativamente ao ponto de comunicação com a AAA, solicitou que o senhor Vereador questionasse o senhor Presidente, pois tinha sido ele a fazer a reivindicação de estabelecerem uma comunicação com a Empresa Intermunicipal do Alto Alentejo. Acrescentou ser com o intuito de estabelecer um ponto ou uma ponte de comunicação entre o Concelho, para ficarem mais juntos dos Municípios, de modo a poderem esclarecer as dúvidas que tinham sobre a fatura da água. Recordou ter sido o senhor Vereador Marco Mendonça quem tinha aprovado logo de início, quase cheque em branco, esta gestão. -----



O senhor **Vereador José Correia da Luz** informou retomar a sua intervenção com a sua ética e a sua moral, aproveitando para desejar boas férias, a quem tinha utilizado estes dias para o fazer. Sobre o Festival, recordou ter andado a desenvolver este evento durante 16 edições. Sublinhou que durante este tempo tudo tinha crescido, o artesanato, o espaço que agora lá estava desenhado era o mesmo que ele lá tinha deixado, ao qual fez diversas áreas disponíveis para os mais diversos aproveitamentos. -----

Garantiu ser todo para o Festival, desde que o Festival se transformasse num momento de alegria, de felicidade, para todas as idades, incluindo a do camping que cresceu e se desenvolveu a ponto de ele já quase não saber tomar o controlo daquele espaço. Disse esperar que a compensação dada ao Presidente em Exercício, lhe fosse conferida também, porque depois de o ponto ter chegado ao zero, tinham passado cinco minutos. -----

Reafirmou ser para o Festival, mas um Festival com qualidade. Sublinhou que a qualidade não era o seu gosto pessoal, mas sim o que resultava de um conjunto de uma média que trouxesse cada vez mais gente ao Crato. Desse modo, não só a parte social, como até a parte da saúde sentiriam o desenvolvimento porque era importante podermos comunicar com gente de outras latitudes para se perceber que dinâmicas tinham, quer física, quer no pensamento. -----

Completo afirmando que os nossos jovens teriam tudo a ganhar com essa realidade, assim como também os mais velhos muito ganhariam por receber essas doses de dinâmica, apesar das mesmas por vezes os levarem a perder a tranquilidade da qual disfrutavam o ano inteiro. Questionou-se sobre o que poderia dizer do Festival, sobre o que tinha sido o melhor do Festival e apontou serem sempre coisas muito subjetivas, muito vezes pontuais, não podendo tirar isto do resto que era o contexto do Festival. -----

O senhor **Vereador José Correia da Luz** disse ter-lhe surpreendido a adesão aos estabelecimentos da sua rua que funcionavam durante toda a noite, confessando ter tido receio que aquela realidade colidisse com o seu descanso, uma vez que iam quase até ser dia. Esclareceu que ao contrário teve uma grande alegria de ver aquela gente no local e garantiu que os mesmos não estavam pendurados do espaço lá dentro, sendo-lhes completamente indiferente o que se passava no recinto do Festival. Garantiu não lhes ser indiferente os estabelecimentos da rua, para onde se deslocavam, para viver e conviver com os locais que eram naturalmente uma percentagem muito menor. Esclareceu que para além desta



questão, o Festival tinha outras questões que não sabia se iriam ser ou não marteladas, porque poderia vir uma Provedoria de Justiça analisar, um Ministério Público analisar e logo o diriam. Disse não ter tanta certeza que não houvesse a ter em conta aquilo que foi dito. Recordou que o Presidente da Câmara tinha dito num órgão de comunicação social que esperavam 150 mil visitantes e frisou que caso alguém acreditasse nestas palavras teriam de ver onde estiveram os mesmos.

O senhor **Presidente em Exercício** interrompeu para afirmar que essas palavras eram falsas, que essa declaração não tinha sido proferida e solicitou ao senhor Vereador José Correia da Luz que tivesse uma discussão séria sobre o assunto em questão.

O senhor **Vereador José Correia da Luz** afirmou existirem maneiras de martelar e assumiu conhecer o cariz e o caráter.

O senhor **Presidente em Exercício** interrompeu para afiançar que o cariz e o caráter do senhor Vereador José Correia da Luz, infelizmente, era conhecido por todos.

O senhor **Vereador José Correia da Luz** esclareceu a senhora Vereadora Florinda Raposo que a mesma não podia deixar de aceitar que olhassem para ela de uma forma especial. Afirmou ter feito propositadamente a comparação com a geringonça, porque acreditava que o Governo PS era melhor com a geringonça, do que sem a mesma. Explicou que o Governo PS sem a geringonça estava livre e podiam ver o que estava a acontecer, mas do qual não ia falar.

Aclarou que com a geringonça não era propriamente assim, tendo uns pesos que ajudavam o Governo PS a conformar-se com determinadas medidas, nomeadamente as de cariz social, coisa que atualmente não acontecia e por isso cometiam-se erros sucessivos. Sobre a questão da água e do preço da mesma.

O senhor **Vereador José Correia da Luz** afiançou que tendo em conta a apreciação feita pelo senhor Vereador Pedro Coelho, o mesmo aparentava não saber nada desta matéria. Sublinhou que na economia devia ser um zero à esquerda e na gestão da água devia ser igual. Apontou que a única razão que deveria levar a uma associação entre os Municípios para este efeito, ou seja, gerir a água em baixa, era a da redução de preços. Recordou ter sido Presidente de Câmara durante 16 anos



quase consecutivos e nunca ter aumentado o preço da água. Recordou também que durante os seus primeiros três mandatos, nem sequer tinha atribuído taxa aos esgotos. -----

Transmitiu que faziam o tratamento possível, porque já tinham estações de tratamentos de águas residuais, mas nunca tinha aplicado taxa de esgotos. Garantiu que a primeira coisa feita por este executivo ao chegar, foi tratar desta associação. Destacou terem falado na escala económica e questionou se era ou não contranatura o facto de terem dez Municípios associados, com uma muito grande clientela, fazendo com que fornecer água em baixa fosse completamente diferente e saindo muito mais barato, mas tendo as pessoas recebido uma fatura mais elevada. -----

Declarou ter toda a expectativa de que a senhora Vereadora usasse a sua posição de "charneira" como geringonça, para poder ter ali alguma posição nesta matéria. Completou haver uma questão que no seu entendimento era a única que podia justificar a adesão a um sistema destes. Explicou ser a ida a concursos a fundos financeiros para resolver o problema da falta de capacidade dos Municípios para transformarem as suas redes. Dirigiu-se novamente à senhora Vereadora Florinda Raposo e questionou o que fariam os Municípios de Monforte e Avis porque isolados não iriam poder renovar, transformar e substituir as suas redes. -----

Esclareceu que este grupo de dez Municípios, com a soma dos outros dois e com a adesão dos três restantes, devia falar com o Governo e pedir que olhassem para eles como uma unidade da nomenclatura do Alentejo a quinze e lhes tivessem respeito. Seria depois para essa unidade que teriam de canalizar esses fundos, quando viessem a ser necessários. Questionou também a senhora Vereadora Florinda Raposo sobre qual era o número de alunos no ensino superior apoiados pela Câmara Municipal do Crato. -----

O senhor **Presidente em Exercício**, informou já terem tornado público o encerramento das piscinas municipais no Concelho do Crato, indo acontecer no dia no dia 11 de setembro. Informou que a reabertura da piscina coberta iria acontecer no dia 19 de setembro. Agradeceu a todo o setor do desporto, adjacente à Divisão de Desenvolvimento Social, que abriram em tempo recorde quatro piscinas e que as mantiveram operacionais durante o Verão. -----

PERÍODO DE ORDEM DO DIA: -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

247 – Plano Estratégico Para Neutralidade Carbónica na Sub-Região do Alto Alentejo-Protocolo de Cooperação

Pelo senhor Presidente em Exercício foi apresentada a seguinte proposta:

Considerandos:

1. Que a EUCF – European City Facility é uma iniciativa europeia que visa apoiar os municípios, autoridades locais e os seus agrupamentos em toda a Europa, a desenvolver conceitos de investimento para promover investimentos em energia sustentável;
2. O financiamento máximo de 60.000 Euros por candidatura, a EUCF financia serviços e atividades para apoiar o desenvolvimento de conceitos de investimento, como estudos de viabilidade (técnicos), análises de mercado, análise jurídica, económica e financeira, análise de risco e coordenação de atividades relacionadas com a promoção de investimento;
3. Que a EUCF não se destina a financiar diretamente as implementações, de uma forma concreta, no entanto, constitui-se como uma ferramenta muito importante pela sua atuação junto das entidades que podem ser potenciais investidores (instituições financeiras);
4. que os 15 Municípios pertencentes à sub-região Alto Alentejo (Marvão, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel unem esforços para a implementação/desenvolvimento de um Plano Estratégico para a Neutralidade Carbónica na sub-região em que se inserem, na qual o referido documento definirá as principais linhas de orientação e estabelecerá a trajetória para atingir a neutralidade carbónica em 2050;
5. Presente à Câmara Protocolo de Cooperação Para a elaboração da candidatura ao «Plano Estratégico para a Neutralidade Carbónica na Sub-Região do Alto Alentejo», devidamente constituído um Consórcio composto pelos 15 Municípios pertencentes à sub-região Alto Alentejo (Marvão, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel), parte integrante da presente proposta.



[Handwritten signatures and initials]

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

Assim, proponho:-----

Aprovar o Protocolo de Cooperação Para a elaboração da candidatura ao «Plano Estratégico para a Neutralidade Carbónica na Sub-Região do Alto Alentejo», devidamente constituído um por um Consórcio composto pelos 15 Municípios pertencentes à sub-região Alto Alentejo (Marvão, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel), parte integrante da presente proposta. -----

O senhor **Vereador José Correia da Luz** disse não ter grandes dúvidas, mas necessitava fazer algumas confirmações. Questionou se ali apenas iam aprovar a realização de um plano estratégico, não havendo obras físicas, sendo uma idealização a nível dos quinze Municípios e que seria naturalmente entregue a uma empresa que faria esse trabalho. -----

O senhor **Presidente em Exercício** confirmou as questões colocadas pelo senhor Vereador José Correia da Luz e esclareceu que o Município à cabeça seria o de Marvão por já ter uma estratégia municipal implementada neste sentido. O trabalho da empresa seria dar assessoria, dar toda a ajuda necessária para as respetivas candidaturas e elaborar uma estratégia intermunicipal/supramunicipal que seguisse as metas do Governo de que até 2050 atingiríamos a neutralidade carbónica. -----

O senhor **Vereador José Correia da Luz** questionou se o senhor Presidente em Exercício lhe sabia dizer se Lisboa, Aveiro, Setúbal ou o Porto tinham este plano estratégico. -----

O senhor **Presidente em Exercício** informou não ter essa informação. -----

A Câmara **deliberou aprovar** a proposta do senhor Presidente em Exercício, por **unanimidade**. -----

248 – 4.ª Modificação ao Orçamento 2022 -----

Pelo senhor Presidente em Exercício foi apresentada a seguinte proposta: -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

Considerandos:

1. De conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), n.º 8.3.1.2., presente à Câmara a 4.ª Modificação ao Orçamento Municipal para 2022, conforme documento anexo e parte integrante da presente proposta, aqui dado por integralmente reproduzido;
2. Compete à Câmara Municipal aprovar as alterações ao orçamento de conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho:

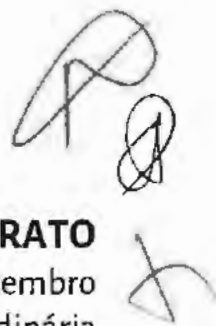
Aprovar a 4ª Modificação ao Orçamento Municipal 2022, conforme documento anexo e parte integrante da presente proposta aqui dado por integralmente reproduzido nos termos da alínea d) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A **chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Maria da Costa** fez um breve resumo das modificações em questão.

Interveio o senhor **Vereador Marco Mendonça** referindo que existia uma varredora na Câmara do Crato, perguntando o que aconteceu a esse equipamento e relativamente ao projeto de especialidade para a Zona Desportiva de Gáfete perguntou do que se trata.

O senhor **Presidente em Exercício** esclareceu que a varredora estava avariada e não ficaria pronta até ao início do Festival do Crato e, portanto, com mais quantidade de pessoas, nesta altura, na vila, era essencial o aluguer de um equipamento deste para a limpeza das ruas.

Relativamente ao projeto de especialidade para a Zona Desportiva de Gáfete, trata-se de um compromisso eleitoral do Partido Socialista e vai contemplar um corte de ténis, um corte de padel, os arruamentos adjacentes ao espaço, bem como os respetivos balneários.



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

O senhor **Vereador Marco Mendonça** enalteceu o trabalho dos funcionários do Município do Crato no que diz respeito ao Festival do Crato e, refere que, muitos dos trabalhos que eram executados por estes, são agora entregues a empresas externas, verificando alguns ajustes diretos neste sentido. -----

O senhor **Presidente em Exercício, Pedro Coelho** esclareceu que o fator tempo está sempre associado a essas necessidades. -----

A Câmara **deliberou aprovar** a proposta do senhor Presidente em Exercício, por **maioria** com três votos favoráveis do senhor Presidente em Exercício e dos senhores Vereadores Marco Mendonça e Florinda Raposo e uma abstenção do senhor Vereador José Correia da Luz com apresentação declaração de voto verbal, na qual referiu que a sua abstenção tem a ver com uma questão de princípio relativamente ao orçamento globalmente considerado e às opções do plano, não tem a ver com as questões pontuais que ditaram esta modificação. -----

249 - 4ª Modificação às Grandes Opções do Plano 2021/2025 -----

Pelo senhor Presidente em Exercício foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

1. De conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), n.º 8.3.1.2., presente à Câmara a 4.ª Modificação às Grandes Opções do Plano para 2022/25, conforme documento anexo e parte integrante da presente proposta, aqui dado por integralmente reproduzido; -----
2. Compete à Câmara Municipal aprovar as alterações às Grandes Opções do Plano para 2022/25, de conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Assim, proponho: -----

Aprovar a 4.ª Modificação às Grandes Opções do Plano para 2022/2025, conforme documento anexo e parte integrante da presente proposta aqui dado por



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

integralmente reproduzido nos termos da alínea d) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara **deliberou aprovar** a proposta do senhor Presidente, por **maioria** com três votos favoráveis do senhor Presidente em Exercício e dos senhores Vereadores Marco Mendonça e Florinda Raposo e uma abstenção do senhor Vereador José Correia da Luz com apresentação declaração de voto verbal, na qual referiu que a sua abstenção tem a ver com uma questão de princípio relativamente ao orçamento globalmente considerado e às opções do plano, não tem a ver com as questões pontuais que ditaram esta modificação. -----

250 – Ação Social Escolar - Atribuição de Escalões-----

Pelo senhor Presidente em Exercício foi apresentada a seguinte proposta subscrita pela senhora Vereadora Florinda Raposo: -----

Considerandos:-----

1. A informação da Divisão de Desenvolvimento Social n.º 2323/2022, datada de 31 de agosto de 2022, anexa e parte integrante da presente proposta, sugerindo a aprovação, pela Câmara Municipal, do escalão A de ação social escolar a 38 alunos e escalão B a 22 alunos, do Agrupamento de Escolas do Crato; -----

2. O art.º 33º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, atribui à Câmara Municipal o desenvolvimento da ação social escolar nas suas diferentes modalidades, incluindo a organização e gestão de procedimentos de atribuição de apoios quer de aplicação universal quer de aplicação diferenciada ou restrita, diretos ou indiretos. Integrais, ou parciais, gratuitos ou comparticipados; -----

3. Que o escalão A ou B, para ação social escolar, é determinado pelo posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família; -----

4. Que os serviços administrativos do Agrupamento de Escolas do Crato analisaram os pedidos, conforme informação anexa, resultando a atribuição do escalão "A" a 38 alunos e a atribuição do escalão "B" a 22 alunos, conforme listagens disponíveis para consulta. -----

Assim, proponho:-----



(Handwritten initials)

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

(Handwritten mark)

Aprovação pela Câmara Municipal, da atribuição, do escalão A de ação social escolar a 38 alunos e escalão B a 22 alunos, do Agrupamento de Escolas do Crato, conforme a informação da Divisão de Desenvolvimento Social n.º 2323/2022, datada de 31 de agosto de 2022. -----

Interveio a senhora **Vereadora Florinda Raposo** dizendo que relativamente à atribuição dos escalões A e B, no ano de 2020 houve mais famílias necessitadas deste apoio do que no ano de 2021, ficando a salvaguarda que há muitos encarregados de educação só depois de começarem as aulas, é que requerem este apoio. -----

A Câmara **deliberou aprovar** a proposta do senhor Presidente em Exercício, subscrita pela senhora Vereadora Florinda Raposo, por **unanimidade**. -----

251 – 36.º Edição da Baja Portalegre 500 - Emissão de Parecer -----

Pelo senhor Presidente em Exercício foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

1. A informação da Divisão de Desenvolvimento Social n.º 4906/2022, datada de 29 de agosto de 2022, anexa e parte integrante da presente proposta, sugerindo a emissão de parecer para a 36.ª Edição da Baja Portalegre a ocorrer entre os próximos dias 27 e 29 de outubro, solicitado pela Câmara Municipal de Portalegre;
2. A Câmara Municipal de Portalegre organiza a 36.ª Edição da Baja Portalegre a ocorrer entre os próximos dias 27 e 29 de outubro; -----
3. A prova tem passagem em território do município do Crato; -----
4. O setor do desporto pela informação, em anexo, confirma que a prova cumpre os requisitos do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março para que seja emitido parecer favorável; -----
5. Nos termos da alínea e), n.º 2, do art.º 3º, do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal é competente para emitir o parecer solicitado. -----

Assim, proponho: -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

Emissão de parecer favorável, pela Câmara Municipal, ao abrigo da alínea e), n.º 2, do art.º 3º, do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, informando, a Câmara Municipal de Portalegre, não haver inconveniente na passagem nos percursos da jurisdição do Município do Crato. -----

A Câmara **deliberou aprovar** a proposta do senhor Presidente em Exercício, por **unanimidade**.-----

252 – Santa Casa Misericórdia do Crato – Pedido de Transporte para Visita ao Monte Selvagem -----

Pelo senhor Presidente em Exercício foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos:-----

1. A Santa Casa Misericórdia do Crato solicitou, através do ofício anexo e parte integrante da presente proposta, apoio traduzido na cedência de transporte, para uma visita ao Monte Selvagem com crianças do Centro Infantil “A Eira”, a ter lugar no dia 9 de setembro de 2022;-----

2. A Câmara é competente, nos termos da al. u), art.º 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para decidir o apoio pedido.-----

Assim, proponho:-----

Aprovar nos termos da al. u), art.º 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro o apoio à Santa Casa Misericórdia do Crato, traduzido na cedência de transporte para uma visita ao Monte Selvagem com crianças do Centro Infantil “A Eira”, a ter lugar no dia 9 de setembro de 2022.-----

A Câmara **deliberou aprovar** a proposta do senhor Presidente em Exercício, por **unanimidade**.-----

253 – Requerimento de Apoio a Natalidade - Marisa Susana Martins Serra Martins-----

Pelo senhor Presidente em Exercício foi apresentada a seguinte proposta: -----



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

Handwritten mark resembling the number '7'.

Considerandos:

1. A informação da Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social n.º 2235/2022, de 17 de agosto de 2022, anexa e parte integrante da presente proposta;
2. O requerimento de Marisa Susana Martins Serra Martins, residente no Crato, para apoio à natalidade, ao abrigo do Regulamento Municipal n.º 410/2019, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 189, de 9 de maio de 2019, pelo nascimento de gémeos;
3. O setor de ação social considerou satisfeitos os requisitos do art.º 3º (Beneficiários e condições gerais de atribuição) do regulamento, necessários para beneficiação da medida;
4. Em conformidade com o n.º 1, alínea A) do art.º 4º do regulamento, o apoio ao nascimento do primeiro filho traduz-se num incentivo monetário no valor de seiscentos euros, pagos em doze prestações mensais, acrescido do “cheque farmácia” no valor de duzentos e cinquenta euros;
5. Em conformidade com o n.º 1, alínea B) do art.º 4º do regulamento, o apoio ao nascimento do segundo filho traduz-se num incentivo monetário no valor de novecentos euros, pagos em doze prestações mensais, acrescido do “cheque farmácia” no valor de duzentos e cinquenta euros;
6. A verba a atribuir esta devidamente cabimentada.

Assim, proponho:

Aprovar a atribuição a Marisa Susana Martins Serra Martins, residente em crato, de dois cheques farmácia, no valor de 250,00€, cada, e o pagamento de 600,00€+ 900, euros, em 12 prestações mensais, de conformidade com as alíneas a) e b), do n.º 1, do artigo 4.º, do Regulamento Municipal, de Apoio à Natalidade, por incentivo ao nascimento do 1.º filho e 2º filho, nos termos da informação da Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social, n.º 2235/2022, 17 de agosto de 2022.

A Câmara **deliberou aprovar** a proposta do senhor Presidente em Exercício, por **unanimidade**.

254 – Licenciamento de Obras - Elsa Maria Coelho Carita Simão - Projetos de arquitetura a deferir



CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Ata n.º 19/2022, de 07 de setembro
Reunião ordinária

Pelo senhor Presidente em Exercício foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerandos: -----

A informação n.º 23/2022, de 30 de agosto, que se anexa, da Divisão de Serviços Técnicos o pedido apresentado por Elsa Maria Coelho Carita Simão, com residência em Lisboa, para aprovação do projeto de arquitetura, referente à reconstrução de um prédio de habitação, sito na rua Dr. Joaquim Tavares Machado, 99, Aldeia da Mata. -----

Assim, proponho: -----

O deferimento do pedido apresentado por Elsa Maria Coelho Carita Simão, com residência em Lisboa, para aprovação do projeto de arquitetura, referente à reconstrução de um prédio de habitação, sito na rua Dr. Joaquim Tavares Machado, 99, Aldeia da Mata, é de deferir; nos termos da informação n.º 23/2022, de 30 de agosto, da Divisão de Serviços Técnicos. -----

A Câmara **deliberou aprovar** a proposta do senhor Presidente em Exercício, por **unanimidade**. -----

255 – Votação da Minuta da Ata. -----

A Câmara **deliberou aprovar** a minuta de ata por **unanimidade**. -----

E, não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente em Exercício, declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e quarenta e um minutos. De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por nós, Cristina Isabel dos Santos Pereira e António Manuel Caldeira Ferreira, que a elaborámos e subscrevemos. -----

Ata aprovada pela deliberação n.º 314, minuta da Ata 25/2022, de 2 de novembro. -